



PROCESSO	266-6/2019
ASSUNTO	RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE	ENCOMIND ENGENHARIA LTDA
ADVOGADA	LAÍS OLIVEIRA BASTOS RIBEIRO – OAB/MT 15.757-B
RELATOR	CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

JULGAMENTO SINGULAR

1. Trata-se de Recurso de Embargos de Declaração, interposto por Encomind Engenharia LTDA, contra em face do Acórdão n.º 162/2025, que, sob a minha relatoria, julgou irregulares a Tomadas de Contas Ordinária e determinou a restituição ao erário no valor de R\$ 2.230.313,07 (dois milhões duzentos e trinta mil trezentos e treze reais e sete centavos), cumulada com multa de 5% sobre o valor atualizado do dano.
2. Em suas razões, o embargante defendeu que o voto condutor do acórdão impugnado foi omissso ao analisar apenas a data do último pagamento como marco inicial da contagem do prazo prescricional (11/09/2018), deixando de observar a data da última medição (01/09/2017).
3. Defendeu que, em contratos de prestação de serviços, a data da última medição ou a data em que de entrega do último serviço seria o marco inicial adequado para a contagem do prazo prescricional.
4. Por estes e demais argumentos apresentados, suscitou o provimento do presente recurso para reconhecer a omissão apontada e declarar como termo inicial da prescrição a data de protocolo da última medição.
5. **É o relatório.**
6. **Decido.**





7. Nos termos do art. 97, VIII, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas¹, compete ao Relator da decisão impugnada realizar, mediante julgamento singular, o juízo de admissibilidade do recurso de embargos de declaração.

8. Já segundo a redação do art. 351 do Regimento Interno deste Tribunal, os requisitos de admissibilidade recursal são:

Art. 351 O Relator ou o Presidente farão o juízo de admissibilidade do recurso, mediante julgamento singular, cuja petição deverá observar os seguintes requisitos:

I – interposição por escrito;

II – apresentação dentro do prazo;

III – qualificação indispensável à identificação do recorrente, se não constar no processo original;

IV – assinatura por quem tenha legitimidade para fazê-lo;

V – apresentação do pedido com clareza, inclusive, se for o caso, com a indicação da norma violada pela decisão ou acórdão recorrido e comprovação documental dos fatos alegados.

9. Colhe-se dos autos que o embargante detém legitimidade, pois figura como parte no processo, bem como as razões recursais foram formuladas na forma prescrita nos incisos I, III, IV e V, do citado dispositivo regimental.

10. Quanto ao prazo recursal, considerando que a decisão embargada foi publicada no dia 21/05/2025, e o presente recurso protocolado dia 28/05/2025 (Doc. Digital nº 610953/2025), verifico que se encontra dentro do prazo de cinco dias úteis prescrito no art. 356 do RITCE-MT.

11. Vislumbro ainda que o embargante alegou a existência de omissão na decisão questionada, constituindo os embargos a ferramenta processual cabível para a correção de eventuais omissões, obscuridades, contradições ou erros materiais em acórdãos ou decisões singulares.

12. Portanto, com fundamento nos artigos 97, VIII e 370, do RITCE, decido no sentido de **admitir** o recurso de embargos de declaração.

13. **Publique-se.**

14. Após, em razão da matéria prescindir de análise técnica, remetam-se os autos ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer, na forma regimental.

¹ Art. 97. Compete, ainda, ao Relator proferir decisão, mediante julgamento singular, sobre: VIII – a inadmissibilidade e admissibilidade dos recursos ordinários, agravos internos e embargos de declaração, dos pedidos de revisão de parecer prévio e de rescisão, inclusive para fins de análise de requerimentos de efeito suspensivo para decisão recorrida, submetendo ao Plenário nos casos previstos neste Regimento.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DE CONSELHEIRO
Conselheiro José Carlos Novelli
Telefone: (65) 3613-7681
e-mail: gab.novelli@tce.mt.gov.br

Cuiabá, 2 de junho de 2025.

(assinatura Digital)²
CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI
Relator

² Documento assinado por assinatura Digital baseada em certificado Digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006.

